

## Nota de Imprensa

### [PCP exige garantia de mobilidade dos açorianos]

No âmbito da interpelação ao Governo Regional sobre transportes e acessibilidades, o deputado do PCP João Paulo Corvelo pronunciou-se esta manhã no Plenário da ALRAA em defesa da garantia de mobilidade para todos os açorianos, declarando que “falar de acessibilidades implica falar de ligações entre o continente português e o arquipélago dos Açores e também entre a Europa e os Açores, mas não esquecendo e muito menos descurando as ligações às nossas comunidades emigrantes, especialmente nos Estados Unidos, no Canadá e na Bermuda”. Mais adiantou, que “falar de acessibilidades e de mobilidade é não só falar de acessibilidades com e para o exterior da Região, mas é sobretudo falar de acessibilidades e mobilidade no interior da Região” e ainda afirmou que “falar de acessibilidades e mobilidade no interior da Região implica que sejam abordados desde os transportes aéreos aos marítimos e terrestres”.

O deputado do PCP referiu, ainda, que “a aposta nas empresas low-cost teve como contrapartida um encargo deveras pesado para a SATA através dos reencaminhamentos gratuitos, tendo transformado a vida dos açorianos num verdadeiro calvário, em especial daqueles que se deslocam internamente por absolutas e imperiosas necessidades como é o caso da necessidade de assistência médica. Tudo isto coloca em causa a mobilidade dos açorianos sobretudo no Verão IATA, como ficou bem patente no passado Verão IATA, com os voos inter-ilhas quase totalmente preenchidos com passageiros/turistas das low-cost”. O deputado João Corvelo questionou ainda sobre “o que dizer dos prejuízos para a economia açoriana que vê dificultado, quando não impossibilitado, o escoamento das exportações dos nossos produtos regionais através do transporte aéreo?”

O deputado do PCP afirmou que “o reembolso do subsídio social de mobilidade sempre foi um enorme imbróglio, gerando imenso descontentamento pelos cidadãos residentes nos Açores, quer pela tremenda burocracia e demora de todo o processo de reembolso, quer pelo custo muito elevado que esses residentes têm de adiantar na compra das suas passagens aéreas”. Assim, João Corvelo declarou que “é necessário e urgente alterar os procedimentos de processamento do subsídio social de mobilidade”. No entendimento do deputado do PCP a forma mais justa de o concretizar é terminando de vez com o reembolso do subsídio social de mobilidade e fazendo com que os residentes nos Açores paguem “apenas” o valor da tarifa quando comprarem as suas passagens aéreas e o Governo da República realizar o acerto de contas diretamente com as transportadoras.

O deputado PCP reconhece a importância e vantagens do Plano Integrado de Transportes (PIT), anunciado em 2014, “que previa, e bem, a interface entre os meios de transporte aéreo, marítimo e rodoviário, sendo algo de positivo parece, no entretanto, ter levado um veto de gaveta e como tal o Governo para já tê-lo esquecido.”

Horta, 17 de abril de 2018

O Deputado do PCP Açores



João Paulo Corvelo